



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

CPA 2021/00095318

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. Objeto:

Registro de Preços para aquisição de caixa de som e microfone sem fio para uso em auditórios:

Código	Item
48.0279	Caixa de som amplificada (ativa)
48.0251	Microfone de mão sem fio (sistema duplo)

1.2. Identificação da necessidade:

Os itens fazem parte do rol de materiais fornecidos pelo Almoxarifado Central para atendimento às Unidades Administrativas do TJSP.

A solicitação visa atender as necessidades das unidades, substituições e inaugurações. Utilizado nas Plenárias do Júri, em palestras e cursos ministrados pelo TJSP.

2. UNIDADES PARTICIPANTES

- **Unidade Demandante:** Unidades Administrativas do TJSP.
- **Secretaria Responsável:** SAAB – Secretaria de Administração e Abastecimento.
- **Unidade Gestora:** Almoxarifado Central – Coordenadoria de Suprimentos
- **Gestor(a):** A lista completa constando Gestor, Fiscais e Suplentes, seguirá anexada quando da inclusão do pedido de licitação.

3. PREVISÃO NA POS

Os itens foram incluídos na proposta Orçamentária Setorial, POS 2022/190.

Caixa de som amplificada (ativa) – Código 48.0279		
Quantidade	Valor unitário	Valor total
70	R\$ 600,00	R\$ 42.000,00

Microfone de mão sem fio (sistema duplo) – Código 48.0251		
Quantidade	Valor unitário	Valor total
80	R\$ 850,00	R\$ 68.000,00
Total		R\$ 110.000,00

4. ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Entendemos que a aquisição pretendida está aderente aos seguintes Objetivos do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo 2021-2026:

9. Adequar infraestrutura física e otimizar uso dos prédios e espaços

5. AVALIAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE

As quantidades são estimadas com base na média de fornecimento dos últimos 3 (três) anos, mais os pedidos em Carteira que ainda não foram atendidos, substituições e inaugurações, com previsão de fornecimento de 12 (doze) meses, durante a vigência da Ata do Registro de Preços.

Esse método é utilizado uma vez que, no caso de bens permanentes, não há uma demanda mensal constante, sendo necessário ampliar o período de verificação do fornecimento.

As parcelas da Ata de Registro de Preços serão solicitadas durante sua vigência, mediante disponibilidade orçamentária, e serão baseadas na necessidade real das Unidades Administrativas, evitando-se a formação de estoques.

6. ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

6.1. Requisitos a serem atendidos pela contratação:

O preço cotado pelas empresas participantes deverá incluir o frete e as demais despesas, considerando a entrega direta em qualquer município do Estado de São Paulo.

A especificação detalhada, e as condições gerais de fornecimento, gestão e garantia serão apresentadas no Termo de Referência.

Tendo em vista a existência de diversos modelos no mercado, será solicitada apresentação de amostra para verificação da adequação às necessidades do Tribunal.

As empresas participantes deverão apresentar, conforme descrito no Edital, marca e modelo do aparelho (até 3), qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, relação de assistências técnicas e proposta final.

6.2. Estimativa de custo:

Caixa de som amplificada (ativa) – Código 48.0279		
Quantidade	Valor unitário	Valor total
70	R\$ 1.267,00	R\$ 88.690,00
Microfone de mão sem fio (sistema duplo) – Código 48.0251		
Quantidade	Valor unitário	Valor total
90	R\$ 835,00	R\$ 75.150,00
Total		R\$ 163.840,00

Os valores foram estimados por meio de pesquisa pela *internet*, entretanto, há necessidade de confirmação dos valores referenciais por meio de pesquisa de mercado no processo licitatório.

6.3. Justificativa de escolha da solução técnica e economicamente mais vantajosa dentre as avaliadas:

A aquisição pretende garantir a melhor solução para atendimento às necessidades do TJSP, visando estabelecer o equipamento minimamente necessário para tal solução.

Os equipamentos deverão funcionar em conjunto sem o intermédio de nenhum outro aparelho, de acordo com as conexões solicitadas.

A especificação técnica seguirá no Termo de Referência, que será elaborada de acordo com o mercado atual e empresas fabricantes.

7. PLANO DE SUSTENTAÇÃO DO CONTRATO

7.1. Informações necessárias para a continuidade da prestação dos serviços jurisdicionais e administrativos, durante e após a contratação:

A prestação de serviços jurisdicionais não é afetada diretamente pelo processo de aquisição do item, entretanto sua falta pode impactar na inadequação da infraestrutura física às necessidades dos usuários.

7.2. Recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto que está sendo contratado:

A aquisição pretendida demandará ações dos setores de Licitações e de Contratos para operacionalizar a realização do procedimento licitatório e assinatura da respectiva Ata, bem como as ações da equipe do Almoxarifado Central na gestão e fiscalização administrativa e das Unidades Administrativas na fiscalização do contrato.

7.3. Elementos necessários à continuidade das atividades essenciais em eventual interrupção contratual:

Em caso de eventual interrupção contratual far-se-á a anotação e administração dos pedidos em carteira, para atendimento futuro mediante nova licitação.

7.4. Planejamento das atividades de transição e encerramento contratual:

O planejamento incluirá estes itens em Registros de Preços anuais, desta forma, o fornecimento se tornará regular, de acordo com a necessidade e viabilidade orçamentária.

7.5. Planejamento da estratégia de independência do Tribunal de Justiça em relação à contratada:

Pretende-se a realização de licitação para Registro de Preços. Assim, caso a empresa com primeiro preço registrado a ser contratada por futura Autorização de Fornecimento não cumpra suas obrigações, poderão ainda ser consultadas as demais empresas aderentes à Ata de Registro de Preços, se houver.

Além disso, adotando-se o Sistema de Registro de Preços, a Administração não estará obrigada a adquirir as quantidades registradas (art. 15, §4º da Lei 8.666/93) tendo, portanto, total independência em relação à contratada.

8. **ESTRATÉGIA PARA A CONTRATAÇÃO**

8.1. **Indicação da natureza do objeto e dos elementos necessários para caracterizar o bem:**

Natureza do objeto: material permanente

A especificação técnica está detalhada no Termo de Referência.

8.2. **Justificativa do parcelamento do objeto com a demonstração da viabilidade ou não da divisão:**

O objeto foi dividido em 2 itens. Apesar dos itens funcionarem em conjunto, abre-se a possibilidade de que empresas diferentes, ou que possuam apenas um item, possam participar, aumentando a concorrência.

Tendo em vista a logística de entrega direta nas unidades administrativas prevista nesta contratação, a atribuição de cota para participação exclusiva de micro e pequenas empresas pode trazer prejuízo ao ganho de escala, em especial relativo aos custos de distribuição.

Portanto, nos termos do art. 49, inc. III da Lei Complementar Federal nº 123/2006 atualizada, entende-se não ser aplicável a atribuição de cota de participação exclusiva prevista no art. 48, inc. III da referida Lei.

8.3. **Justificativa da escolha do critério de adjudicação do objeto, a uma ou várias empresas, se por itens ou por grupo de itens:**

A adjudicação será por item e atribuída para até 2 empresas. As quantidades são pequenas e a escolha viabiliza o fornecimento para qualquer local do Estado, por se tratar de Registro de Preços com entrega direta.

Os itens não são objeto com produção regionalizada. No mercado, observado pela internet, existe um rol de marcas que produzem e disponibilizam nas grandes lojas e distribuidores, com entrega em todo território nacional.

O frete, que será contabilizado no valor final do objeto, possui valor muito variável, pois depende da localização da empresa, do local onde o produto está armazenado e do local de entrega.

Essa opção atende à sistemática de distribuição com entrega direta nas Unidades Administrativas, conforme previsto no Plano de Ação aprovado pela E. Presidência no processo nº 2015/0045784.

8.4. Justificativa da escolha da modalidade e do tipo de licitação:

Tendo em vista tratar-se de bem comum, entendemos pela adoção da modalidade “Pregão Eletrônico” e tipo “Menor Preço”, pelo sistema de Registro de Preços, consoante art. 11, §1º do Provimento CSM 2.138/2013.

8.5. Justificativa da vigência com a indicação do prazo de garantia dos bens:

Vigência da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses (art. 15, §3º, inc. III, da Lei 8.666/93).

Prazo de garantia: 12 (doze) meses, contra defeitos de fabricação, contados da data do recebimento definitivo do material (atesta da Nota Fiscal).

8.6. Definição dos integrantes da Equipe de Gestão da Contratação:

A lista completa dos integrantes constando Gestor, Fiscais e Suplentes, seguirá anexada na inclusão do pedido de licitação.

9. ANÁLISE DE RISCOS

9.1. Identificação dos principais riscos que possam comprometer o sucesso da contratação ou que emergirão caso ela não seja realizada:

- Risco 1: o sucesso da contratação poderá ser comprometido caso haja falta de interesse das empresas.
- Risco 2: empresa contratada não ter a capacidade para o cumprimento da entrega e/ou condições contratuais.
- Risco 3: caso a contratação não seja realizada, a infraestrutura para atendimento aos funcionários e jurisdicionados em geral poderá ficar inadequada.

9.2. Mensuração das probabilidades de ocorrência e dos danos potenciais relacionados a cada risco identificado:

- Risco 1: baixa.
- Risco 2: moderada.
- Risco 3: baixa.

9.3. Ações previstas para reduzir ou eliminar as chances de ocorrência dos eventos relacionados a cada risco:

- Risco 1: verificar durante a fase de pesquisa de preços o interesse por parte das empresas consultadas.
- Risco 2: recomenda-se que os Atestados de Capacidade Técnica exigidos, considerem a quantidade total a ser registrada por fornecedor, e que sejam diligenciados quando houver dúvida quanto a sua autenticidade. Além disso, será solicitada a inclusão no Edital, de elementos para verificação da capacidade financeira da empresa.
- Risco 3: acompanhar o processo licitatório com vistas ao sucesso da contratação.

9.4. Ações de contingência a serem adotadas se os eventos correspondentes aos riscos se concretizem:

- Risco 1: caso haja o fracasso, por deserção, a licitação deverá ser repetida.
- Risco 2: início imediato de novo processo de licitação e a concomitante apuração de responsabilidade da empresa.
- Risco 3: as Unidades Administrativas deverão requisitar compras urgentes, quando justificadas.

9.5. Responsáveis pelas ações de prevenção dos riscos e pelos procedimentos de contingência:

- SAAB 5.3 – Coordenadoria de Suprimentos.